

A REVISTA ILUSTRADA: REPRESENTAÇÕES CÔMICAS DO PROCESSO MODERNIZADOR NO BRASIL NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 03/04/2023

Élcia de Torres Bandeira

Universidade Federal Rural de
Pernambuco, DEHIST
Recife-PE

<http://lattes.cnpq.br/4669638328828195>

Geane Bezerra Cavalcanti

Professora de História da Rede Estadual
da Paraíba

João Pessoa – PB

<http://lattes.cnpq.br/1681196281384345>

RESUMO: Este artigo tem por finalidade analisar, a partir das ilustrações do jornal Revista Ilustrada (Rio de Janeiro, 1876 – 1896), as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, além dos esforços e tentativas de modernização ocorridas no Brasil durante o último quartel do século XIX e suas interferências no cotidiano das cidades. Justifica-se pela necessidade da análise do processo de modernização que o país se encontrava no período utilizando novas fontes, como a imagem através da charge e da sátira humorística. Possui como embasamento teórico a Nova História Cultural apoiando-se em Roger Chartier e Peter Burke.

PALAVRAS-CHAVE: Império; Imagem;

Cotidiano; Representação.

THE ILLUSTRATED MAGAZINE:
COMICAL REPRESENTATIONS OF
THE MODERNIZING PROCESS IN
BRAZIL IN THE LAST QUARTER OF
THE 19TH CENTURY

ABSTRACT: This article aims to analyze, from the illustrations of the newspaper Revista Ilustrada (Rio de Janeiro, 1876 – 1896), the political, economic, social and cultural transformations, in addition to the efforts and attempts to modernize occurred in Brazil during the last quarter of the 19th century and their interference in the daily life of cities. It is justified by the need to analyze the modernization process that the country was in the period using new sources, such as the image through cartoon and humorous satire. It has as theoretical basis the New Cultural History based on Roger Chartier and Peter Burke.

KEYWORDS: Empire; Image; Everyday; Representation.

As esferas públicas e privadas são retratadas de maneira cômica através das charges e das sátiras no jornal Revista Ilustrada (1876 – 1896), do Rio de Janeiro,

coordenado por Ângelo Agostini. Este jornal é do último quartel do século XIX, momento de importantes mudanças culturais, políticas, econômicas, sociais e de construções da identidade brasileira, impulsionados pela modernidade que chegava ao país. Todo este contexto histórico e suas crises foram retratados de maneira leve, porém crítica e bem-humorada em criativas ilustrações que logo se popularizaram, fortalecendo e comprovando, desta maneira, o interesse pelo humor da sociedade brasileira. Segundo Elias Thomé Saliba, (1998, p. 308) no humor brasileiro estão presentes duas características marcantes da nossa sociedade: a confusão entre as esferas pública e privada e a vocação para tratar tudo de maneira emocional. “O humor brasileiro é reflexo da nossa falta de identidade”, diz Saliba (1998, p. 298). O sucesso dos jornais humorísticos se deveu a uma série de fatores que contribuíram para a sua popularização e do humor na época, como: o desenvolvimento da imprensa e a utilização de papel mais barato para a impressão de periódicos, o surgimento de revistas e jornais com espaço cômico, o crescimento urbano e a tradição humorística já existente em jornais satíricos da Regência e de folhetins cômicos do Segundo Reinado. No início do século XX, o humor também ganha espaço em revistas, propagandas, teatro e cinema nacional.

As ilustrações em estilo de charge ganham grande popularidade no século XIX e hoje nos servem como fontes históricas para conhecermos as representações da vida política e cotidiana da época, como afirma Paiva, (2002 p. 20) “As imagens contribuem para um melhor entendimento das formas pelas quais as pessoas representam sua história e historicidade e se apropriam da memória cultivada individual e coletivamente”. Para Peter Burke (2005, p. 25) a representação seria uma construção da realidade mostrada em imagens, já para Chartier (1990, p. 103) “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Desta maneira as charges que ilustram a Revista Ilustrada são representações da realidade segundo os olhares dos seus criadores, republicanos e abolicionistas.

As imagens estudadas são relatos cômicos sobre o Brasil em processo de modernização às vésperas do século XX. Tornam-se representações do país nas últimas décadas do século XIX, e contribuem para nos revelar a construção da identidade nacional. Constituem fontes históricas de inestimável valor, pois abrem outras possibilidades de análises sobre temas referentes à modernização e à construção da República, proporcionando um novo olhar sobre este período, claro, sob a influência do nosso tempo, como explica Paiva (2002, p. 29) “analisamos as imagens sempre do presente para o passado, com isso elas ganham novas interpretações de acordo com a época vivida”.

Durante o século XIX, principalmente após 1850, a economia brasileira cresceu e o país se modernizou impulsionado pela produção cafeeira. Fatores externos favoreceram a valorização do café, como o aumento do preço no mercado internacional e o aparecimento dos navios a vapor no Atlântico Sul que contribuíram para o estreitamento do comércio

entre Brasil, Europa e Estados Unidos (SILVA, 1986, p. 23).

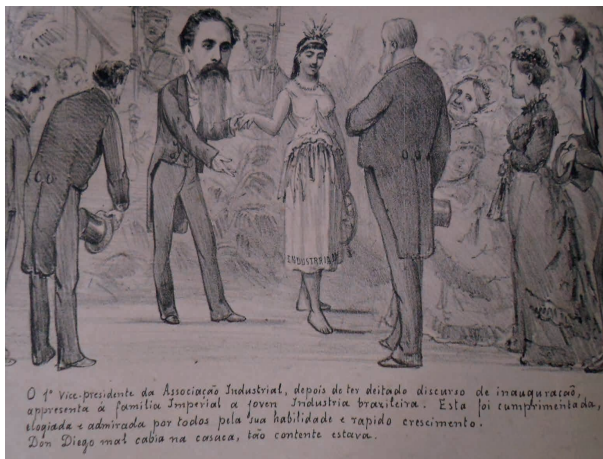
Este também é o período de crescimento das cidades brasileiras, particularmente das principais capitais do país. Nelas, iniciaram a discussão sobre nação e cidadania, que receberam várias representações, entre elas as charges, tão populares no fim do século. As cidades também se mostram como espaço de sujeitos e símbolos, como sugere Orlandi (2004,p. 12):

Eu fico aqui, pensando no que é espaço urbano. Esse espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes. (ORLANDI, 2004, p. 12)

Boa parte dos recursos financeiros atraídos para a produção cafeeira provinha de investimentos estrangeiros e empréstimos; parte deste valor foi investida em infraestrutura para o escoamento do café até os portos de onde eram enviados para o mercado comprador. Estes empréstimos tiveram grande contribuição para a modernização do país não apenas no que se refere à economia e a infraestrutura, mas também ajudou na transformação das relações de trabalho existentes no país ao financiar a mão-de-obra imigrante.

Na verdade, esses empréstimos serviram, direta ou indiretamente, para o financiamento da imigração massiva de trabalhadores – e, portanto, para a organização de um mercado de trabalho no Brasil -, para a construção de numerosas estradas de ferro, para a implantação de vários outros serviços públicos e industriais, tais como a eletricidade, o gás, os transportes urbanos, etc., sem falar na própria construção e consolidação do Estado. (SILVA, 1986, p. 34)

O café era o principal produto de exportação do Brasil, motor da economia e principal agente propagador da modernização do país, sustentáculo do Império. Mas no século XIX, também foi iniciada uma experiência com as primeiras indústrias nacionais. O jornal Revista Ilustrada faz referência à indústria, que seria representação do novo, do moderno pois contava com mão-de-obra livre e significava o progresso. Ela é citada seguindo o viés positivista na ilustração abaixo (Figura 01).



(Figura 01) Revista Ilustrada, 1881, N° 272.

Esta figura traz a caricatura do 1º Vice-presidente da Associação Industrial apresentando à família imperial a jovem indústria brasileira, representada por uma bela moça, tímida e humilde, que fora elogiada por todos pelo seu rápido crescimento. Estas ilustrações revelam as primeiras experiências industriais no país.

Com a riqueza produzida pelo café, investiu-se em locomotivas que ligavam as áreas de produção ao porto de Santos, em São Paulo, diminuindo-se os gastos e dinamizando a exportação do produto. Uma ilustração da Revista Ilustrada de 1878 mostra a introdução destas máquinas na província de São Paulo, representada por uma mulher em cima da locomotiva, fato bastante elogiado pelo jornal que aproveitou o momento para criticar o governo imperial que, segundo ele, fazia o país caminhar em passos lentos sobre um burro (Figura 02).



(Figura 02) Revista Ilustrada, 1878, N° 116.

Diz a ilustração: “como todos já sabem essa província (São Paulo) foi a primeira que se lembrou de não contar com o governo tomando por si a iniciativa de trocar o burro pelo cavalo a vapor”. Mais ao fundo traz a representação de outras províncias caminhando lentamente sobre um burro. A imagem do Estado de São Paulo como “locomotiva nacional” vem sendo construída desde este período contrastando com o “atraso” das outras províncias. Observa-se que as províncias são representadas pela figura feminina e o uso da tecnologia demarcaria a distinção entre as modernas e as antigas que preservavam velhos meios de transporte urbano. Cabe destacar que eram as demais províncias que promoviam o crescimento do mercado consumidor no Brasil e contribuíam com mão-de-obra barata para que São Paulo se destacasse dentre as outras no processo de modernização brasileiro no final do século XIX.

A evolução dos meios de transportes não se restringiu apenas aos de carga; o transporte urbano também contou com novidades. O Recife do século XIX contava como meios de locomoção públicos com a canoa, o ônibus de Cláudio¹, a maxambomba² e bondes de burros. O uso cada vez mais frequente destas novidades muda o cotidiano da população da cidade do Recife, antes eram os transportes que tinham que esperar os passageiros e circulavam pelas ruas quando as pessoas davam-lhe espaço. Com os acidentes frequentes e o perigo que se tornou a rua, as pessoas passaram a caminhar pelas calçadas, os meios de locomoção se tornaram mais rápidos e ganharam a disputa pelas ruas com os pedestres (LUZ, 2012, p. 277).

Os transportes públicos também contribuem para a urbanização da cidade do Recife, segundo Luz (2012, p. 274), eles diminuíram a distância da área central às zonas mais afastadas do centro, com isto vários lotes distantes dos bairros centrais e mais baratos passaram a ser vendidos, contribuindo assim para a expansão da cidade. Com a chegada dos trens, povoados se intensificam ao seu entorno e a população passa a reivindicar mais transportes públicos que liguem os bairros mais afastados a área central da cidade.

A população, muitas vezes, recebia com festa a modernização proporcionada pelos transportes. A Revista Ilustrada de 1877 mostra a euforia da população com a chegada dos bondes (Figura 03), ainda puxados a cavalos; mulheres e homens saúdam a novidade tirando seus chapéus para o que parece ser uma novidade importada. A ilustração traz os seguintes dizeres: “a actividade e energia do Americano, obtiveram um esplendido triumpho. Os bondes começaram a funcionar e o público ficou embatucado diante tão bello resultado”.

1 O “ônibus” de Cláudio Dubeux, diligência puxada por cavalos, funciona, no Recife, de 1855 até provavelmente 1881, quando seu dono morre. (LUZ, 2012, p. 286)

2 O primeiro trem urbano do Brasil. (LUZ, 2012, p. 286)



(Figura 03) Revista Ilustrada, 1878, Nº 132.

Os transportes também interferem na forma de se realizar o velório, estes por medida de higiene e segurança passam a contar com o transporte de carros funerários, alterando o costume dos familiares de levarem o morto segurando seu caixão até o local onde ele seria enterrado. A Revista Ilustrada de 1878 (Figura, 04) traz uma ilustração destes carros mortuários que passaram a transportar os falecidos até os cemitérios. Esta iniciativa das autoridades causou estranheza na população acostumada a enterrar seus mortos em igrejas. Agora, por medida de higiene, deveriam enterrá-los em cemitérios distantes. Na Bahia, já em 1936, ocorreu a Cemiterada, movimento de repúdio das Irmandades religiosas de matriz católica contra a medida de implantação dos cemitérios públicos retirando do âmbito religioso o controle sobre os enterramentos e ritos fúnebres demonstrando a insatisfação popular em Salvador, capital da província da Bahia no Império brasileiro. Salvador foi capital do Império Português nas Américas até 1763, quando foi substituída pelo Rio de Janeiro.

A Salvador de 1836 era uma cidade bela e cheia de problemas urbanos e sociais, uma sociedade escravista cujo povo livre era em sua grande maioria pobre. Uma cidade cuja população crescia – sobretudo a população negra e mestiça – enfrentando uma dura crise econômica. Esta crise, as desigualdades sociais, o preconceito de cor, as ideologias religiosas, liberais e nacionalistas da época explicam os movimentos sociais que tomaram a Bahia nas décadas de 1820 e 1830. (REIS, 2004, p.46)



(Figura 04) Revista Ilustrada, 1878, Nº 132.

As medidas higienistas foram tomadas a partir das constantes epidemias ocorridas durante o século XIX, atingindo principalmente as principais cidades do país devido às grandes aglomerações urbanas. No Recife, o clima e a condição de ser uma cidade cortada por rios, mangues e haver muitas áreas alagadiças propiciavam as epidemias. Mesmo sendo uma das mais importantes cidades do Brasil, o Recife não contava com abastecimento de água tratada e redes de esgoto. Além disto, uma considerável parte da população vivia em mocambos, localizada em áreas alagadiças, estes eram casas térreas, precárias e altamente insalubres, o que propiciava as epidemias, principalmente a cólera (FARIAS, 2012, p. 160).

A Revista Ilustrada mostra as condições de vida nos cortiços da cidade do Rio de Janeiro, na qual se tinha água empoçada e a população de baixa renda se concentrava em pequenos cômodos, com pouca ou nenhuma ventilação e iluminação onde dormiam entre oito e dez pessoas (Figura 05). Ambientes como estes eram propícios às epidemias e aos miasmas, odores pútridos que exalavam de corpos em decomposição e derivavam também da falta de higiene na sociedade da época, vistos, então, como origem das enfermidades e das mortes. Estas ilustrações também serviam como crítica às condições sociais da maioria da população e a inoperância do Império para resolver estas questões.



(Figura 05) Revista Ilustrada, 1878, N° 100.

A ilustração acima revela como eram os cortiços, ambientes totalmente insalubres, propícios às epidemias e pragas, como ratos. O tratamento do lixo urbano apresentava-se como sério problema nas políticas públicas ambientais voltadas para a saúde coletiva. Acreditava-se que as epidemias se iniciavam e se espalhavam pela cidade a partir destas habitações.

É interessante observar a religiosidade das pessoas que acreditavam que as epidemias eram castigos divinos. Este era um costume medieval que permaneceu ainda por muito tempo no imaginário popular. Em tempos de epidemia as procissões eram frequentes, assim como as penitências (FARIAS, 2012, p. 175 - 176). Um resquício também do período medieval é a representação das epidemias, que também estavam ligadas diretamente à morte. A Revista Ilustrada traz, no ano de 1878, várias notícias sobre as epidemias, críticas às condições insalubres das cidades e medidas higienistas; este ano foi assolado por doenças que causaram muitas mortes.



(Figura 06) Revista Ilustrada, 1878, N° 100.

A figura 06 traz a representação da Febre Tifoide, da Febre Amarela e da Febre Perniciosa em forma de esqueletos segurando uma foice, que é de fato a representação da morte. Pela falta de médicos e conhecimento, estas doenças causavam muitas mortes. Elas também aparecem coroadas, simbolizando que estas doenças reinavam pela cidade e que a principal epidemia era a Febre Amarela colocada no centro em destaque, “ella está ahí acompanhada de suas primas-irmãs e imperando com toda força. Terrível reinado de morte!”, diz a legenda da ilustração.

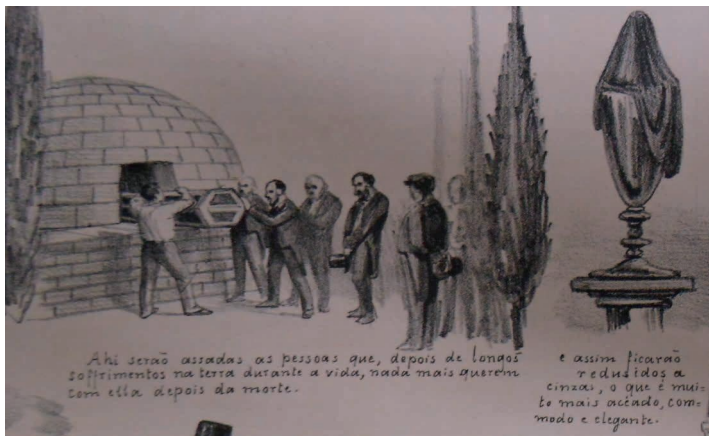
As epidemias chegavam a tais níveis que passaram a mobilizar o governo imperial e médicos a tomar medidas higienistas, apontando a falta destas como a maior causa da moléstia. A figura 07 faz uma representação do governo e dos higienistas tentando salvar a cidade do Rio de Janeiro, representada por uma jovem indefesa e assustada, contra a epidemia da Variola, que aparece como um cadáver tentando pegar a cidade.



(Figura, 07) Revista Ilustrada, 1878, N° 100.

O Estado assume o papel de cuidador do corpo social urbano, intervindo na saúde dos cidadãos e impondo transformações sociais e culturais da cidade, como explica Orlandi (2001, p. 83): “o Estado cuida/trata do corpo social, da ecologia urbana, os organiza, assim como a política de saúde cuida do corpo dos seus cidadãos, os “organisma”, e urbaniza e/ou ecologiza seu espaço”.

Uma das medidas tomadas para evitar as epidemias foi enterrar os mortos em cemitérios mais afastados da cidade, para isto os caixões passaram a ser transportados em carros fúnebres, como o já mostrado na figura 04. Além disso, as vítimas das epidemias deveriam ser incineradas em fornos (Figura 08). A cremação era uma novidade na época, já que o costume era enterrar os mortos; estas medidas transformariam um costume cultural e religioso muito antigo e arraigado às práticas sociais.



(Figura 08) Revista Ilustrada, 1878, N° 132.

Observamos aqui que aspectos econômicos, como o crescimento da economia através da produção cafeeira, favoreceram a modernização tecnológica do Brasil no último quartel do século XIX, como a chegada das ferrovias, bondes e outros sistemas de transporte que acabaram interferindo no cotidiano das pessoas que habitavam as principais cidades do país. Outras medidas modernizadoras estavam ligadas à área da saúde pública. Com o avanço da medicina da época, os médicos e higienistas perceberam que as precárias condições em que vivia boa parte da população, sem água encanada e falta de medidas de higiene, eram os principais fatores que contribuíam para a proliferação das doenças, até ao ponto em que se chegava à epidemia. Entre as medidas de higiene tomadas, talvez a mais polêmica, pois foi a que obteve maior repercussão, foi a construção de cemitérios mais afastados da cidade, para os quais os corpos deveriam ser transportados por carros fúnebres, ou o aparecimento dos crematórios, algo incomum para a cultura da época. Em passos lentos, o país se transformava.

Para a Revista Ilustrada, o Império era o Maior Mantenedor da escravidão. Na figura 09, D. Pedro II participa de um congresso internacional, porém é barrado ao ser visto acompanhado de um negrinho que carrega suas coisas e simboliza a escravidão. Ao ser impedido de entrar com o garoto, o imperador fala ao homem bem trajado: “mas é que eu não poço separar-me dele: é quem me veste, quem me dá de comer, quem... quem me serve em tudo afinal!”; este trecho da frase de D. Pedro II ilustra uma crítica à escravidão e à dependência que o país possuía com ela, além de ligar a escravidão diretamente ao regime imperial. O Imperador é barrado em um Congresso Internacional o que simboliza as pressões externas, das nações europeias, para o fim da escravidão no Brasil. Por outro lado, enquanto o Imperador se preocupava em trazer para o Brasil produtos da tecnologia da época como o telégrafo e difundir o uso da fotografia, a escravidão parecia-lhe intocável diante da estrutura ainda arcaica e desumana que o Brasil insistia em manter.

Estas pressões externas eram bem contundentes e não partiam apenas da Inglaterra. A França, em 1866, “enviava ao Imperador um apelo em prol da emancipação” (COSTA, 2001, p 39). Nos centros urbanos, o movimento abolicionista crescia ainda mais. Grupos sociais, entidades, trabalhadores livres, muitos homens e muitas mulheres eram favoráveis à abolição.



(Figura, 09) Revista Ilustrada, 1883, N° 347.

O movimento abolicionista crescia e todos tinham uma certeza no último quartel do século XIX: a escravidão acabaria gradualmente. O que levou a este pensamento foi principalmente as leis criadas a partir de 1850, como a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de pessoas escravizadas. Sucederam-se outras Leis importantes após esta medida, como a Lei Rio Branco (Lei nº 2040), também conhecida como Lei do Ventre Livre, que foi apresentada pelo Visconde do Rio Branco do Partido Conservador e sancionada pela Princesa Isabel em 28 de setembro de 1871 e a Lei Saraiva-Cotegipe (Lei 3.270 de 28 de setembro de 1885), mais conhecida como Lei dos Sexagenários que determinava a libertação de escravizados e escravizadas com mais de 60 anos. A Lei do Ventre Livre determinava que as crianças nascidas de ventre escravo a partir da data da lei seriam libertas se, ao completarem 8 anos de idade, fosse paga a indenização exigida pelo proprietário da escrava, caso contrário, permaneceriam escravizadas até os 21 anos o que pouco beneficiou a população escravizada já que nenhum fundo emancipatório foi previsto e a Lei Áurea terminou antecipando a libertação destas crianças. A Lei dos Sexagenários não previu nenhum amparo à parcela de idosos e idosas escravizados e escravizadas que aufeririam o benefício da lei. Mas, outro fator revelava esta tendência: a diminuição do número de pessoas escravizadas e o crescente aumento da população livre. A pressão exercida pela resistência de negros e negras no Brasil pela liberdade marcou a história do Brasil de forma indelével, denunciando séculos de expropriação, torturas e exclusão social.

A população livre passou de aproximadamente dois milhões, em 1822, para oito milhões e meio, em 1872, e quase quatorze milhões, em 1888. A população escrava, por sua vez, foi de pouco mais de um milhão, em 1822, para cerca de um milhão e meio, em 1872, caindo a pouco mais de setecentos mil, em 1887. (COSTA, p. 52. 2001)

Estes números revelam, além de outras coisas, a alta mortalidade dos escravizados e das escravizadas, devido às precárias condições em que viviam. Avanços tecnológicos utilizados nas lavouras de café e a chegada das usinas no Nordeste aumentaram a produção tanto do café quanto do açúcar e passou a exigir um menor número de mão-de-obra escravizada.

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão; apenas em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, o país ficou oficialmente livre desta vergonha. Este acontecimento mereceu comemoração e diversas ilustrações dos jornais abolicionistas.

Ainda em comemoração ao fim da escravidão, a Revista Ilustrada traz, no final de 1888, uma ilustração em que aparecem duas crianças trazendo flores para o D. Pedro II e este estende a mão para pegar o presente (Figura 10). A imagem faz referência ao seu aniversário, 2 de dezembro, que pela primeira vez seria comemorado sem a escravidão: “pela primeira vez, ao Imperador é dada a fortuna de festejar a sua data natalícia na pátria livre. – Tantos aniversários, dirá S.M., mas nenhum como este!”.

A Revista Ilustrada reconhecia a atitude do Império: no globo em sua mesa está escrito no mapa do país “Brazil Livre”. O globo que representava as viagens do Imperador tão criticadas pela Revista Ilustrada agora era utilizado de maneira positiva.

Porém a imagem não deixa de fazer uma crítica ao Império: D. Pedro II aparece já idoso, com feição cansada, as barbas ainda mais longas, a coroa parece pesar: a imagem do Império era a imagem do Imperador, cansada e em decadência. Não demoraria muito o fim do Império e o início da República.



(Figura, 10) Revista Ilustrada, dezembro, 1888.

Com a República, a urbanização no Brasil acelerou ganhando novos sujeitos, traços e limites. O sobrado, o mocambo, o cortiço proliferaram para receber uma população em alto crescimento. A sujeira e as epidemias continuaram e a falta de infraestrutura também. Mesmo com a mudança de forma de governo os antigos problemas permaneceram. A população de baixa renda continuou a ser excluída da modernização e explorada, expondo o quadro aterrador de miséria e inacessibilidade aos direitos humanos que se reproduziu no Brasil até os dias de hoje.

A esse respeito, relativamente à história da urbanização do Brasil merece o fato de que na aurora republicana a nossa figura de cidade se caracteriza pelo tumulto e pelo desleixo (P.C.G. MARINS, 1998), - comum às populações em movimento instável depois da abolição da escravatura e com os movimentos de migração e imigração. “O quadro difuso e instável das cidades brasileiras, já naturalmente hipertensionado pela escravidão e seus processos de exclusão social, tendeu a se agravar com a Abolição e com a instauração de princípios democráticos. Surgia então a figura aterradora da massa de “cidadãos” pobre e perigosa, viciosa, a qual emergia da multidão de casas térreas de estalagens e cortiços, de casas de cômodos, de palafitas e mocambos que eram a vastidão da paisagem das cidades herdadas do Império. Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo seriam fustigadas em suas habitações” (MARINS, 1998, apud ORLANDI, 2004, p. 14).

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Ângelo (coord.). **Revista Ilustrada**. Rio de Janeiro, 1876 – 1896. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/acervodigital/revista-ilustrada/332747>. Acesso em 12 de junho de 2021.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COSTA, Emília Viotti as. **A Abolição.** História Popular. São Paulo – SP, Editora: Global, Ed: 7ª, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil.** São Paulo – SP, Ed: Companhia das Letras. 1998.

FARIAS, Rosilene Gomes. O Recife em Tempos de Epidemia. In: SILVA, Wellington Barbosa (Org.). **Uma cidade várias histórias: o Recife no século XX.** Recife: Bagaço, 2012.

LIMA, Herman. **História da caricatura do Brasil.** Rio de Janeiro – RJ, Ed: José Olympio, 1963.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. Transportes Urbanos no Recife. In: SILVA, Wellington Barbosa (Org.). **Uma cidade várias histórias: o Recife no século XX.** Recife: Bagaço, 2012.

ORLANDI, Eni P. (Org). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço**

urbano. Campinas – SP, Ed: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. (Org). **Cidade dos sentidos.** Campinas – SP, Ed: Pontes, 2004.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagem.** São Paulo – SP, Ed: Autêntica, 2002.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SALIBA, Elias Thomé. A Dimensão Pública da vida Privada na República. In:

SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da Vida privada no Brasil.** São Paulo, Ed: Companhia das Letras, s/d.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.** São Paulo – SP, Ed: Alfa-Ômega, 1986.